



ILMO SENHOR PREGOEIRO – JORGE LUIZ SANDES BANDEIRA, DESIGNADO PARA O PREGÃO ELETRÔNICO Nº 24/2017, PROMOVIDO PELO MUNICÍPIO DE MACEIÓ/AL.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº24/2017

REAL JG SERVIÇOS GERAIS EIRELI. (“REAL JG” ou “Requerente”), pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Quadra 01, Conjunto A, Lote 02, SIBS, Brasília-DF, CEP: 71736-101, inscrita no CNPJ nº 08247960/0001-62, vem, com fulcro no art. 4º, inciso XVIII, da Lei 10.520/2002 e Item 14.1. do Edital, apresentar

RECURSO ADMINISTRATIVO

em face da decisão do Pregoeiro que desclassificou a proposta apresentada pela empresa Recorrente, bem como que classificou a proposta apresentada pela empresa TOP SERVICE, pelos fatos e fundamentos que passa a expor.

I. DA TEMPESTIVIDADE

1. Conforme regra estabelecida art. 4º, inciso XVIII, da Lei nº 10.520/2002 e no item 14.1. do Edital, o prazo para a apresentação das razões de recurso em face da decisão que declara licitante vencedor é de 03 (três) dias.

2. Considerando que a licitante Top Service foi declarada vencedora em 12/12/2017 às 18:00:16 e considerando que na mesma data a ora Recorrente apresentou a sua manifestação imediata e motivada da intenção de recorrer, o prazo do recurso teve início em 14/12/2017, com término em 18/12/2017.

3. Assim, resta evidente a tempestividade da apresentação das presentes razões do Recurso.

CNPJ: 08.247.960/0001-62
Fone: (61) 3363-7575 – (61) 3052-2579
comercial@realdp.com.br

CF/DF: 07.478.593/001-20
SIBS QD 01 Conj A Lote 02
CEP: 71.736-101
Núcleo Bandeirante – Brasília – DF



II. DOS FATOS

4. Trata o certame, especificamente quanto ao lote nº 2, de licitação para a contratação de empresa prestadora de serviços de limpeza e conservação predial, compreendendo o fornecimento de material de consumo e o emprego dos equipamentos adequados à execução dos trabalhos, para atendimento nas dependências das unidades administrativas e acadêmicas da Secretaria Municipal de Educação de Maceió, nos termos e nas especificações constantes deste Edital e seus anexos.

5. Aberto os trabalhos licitatórios pelo D. Pregoeiro, observou-se que a empresa Recorrente se logrou vitoriosa, vindo, pois, a ser tida como vencedora do lote nº 2, o qual, inclusive, se recorre.

6. Diante de tal vitória, foi convocada a empresa Recorrente a enviar, formalmente, a proposta de preços e documento que justificassem sua habilitação.

7. No entanto, por um ato ilegal do D. Pregoeiro, a ora Recorrente foi desclassificada, sob o “fundamento” que teria desacatado os comandos normativos, especialmente no que se refere à apresentação das marcas nos insumos que seriam utilizados e que se encontrariam presentes nos quadros C1 e F1, conforme se observa abaixo (*in verbis*).

10.1.4	Preços unitários e marcas dos materiais e equipamentos ofertados em conformidade com o detalhamento constante no Anexo 2 do Termo de Referência	Não	Ausentes as marcas dos insumos referentes aos quadros C1 e F1
--------	---	-----	---

8. Passo seguinte, questionado aos demais licitantes se haveria interesse de manifestar intenção de recurso, a ora Recorrente apresentou sua intenção, conforme disposto no art. 4º, inciso XVIII, da Lei nº 10.520/2002, nos seguintes termos:

“Manifestamos intenção de interpor recurso, quanto a nossa desclassificação. Demonstraremos em nossa peça recursal que atendemos na



integra o edital juntamente com a legislação vigente. Em direito a ampla defesa conforme Art. 5LV CF/88.”.

9. Pois bem. Dentro desse cenário, seguem as razões do Recurso Administrativo.

III. RAZÕES DO RECURSO ADMINISTRATIVO

III.1. DA ILEGALIDADE DO ATO DO PREGOEIRO QUE DESCLASSIFICOU A PROPOSTA APRESENTADA PELA ORA RECORRENTE

10. A justificativa apresentada pelo pregoeiro para a desclassificação da Recorrente foi a seguinte: “Ausentes as marcas dos insumos referentes aos quadros C1 e F1”.

11. Inicialmente, cumpre ressaltar que argumento se mostra completamente contraditório, isso porque, ao analisarmos o Edital, percebe-se que, nos tópicos questionados (C1 e F1), não há qualquer menção à marca!

12. Basta realizarmos um cotejo entre esses itens C1 e F1 para perceber que, nos tópicos questionados, não há qualquer menção de marca. Vejamos:

QUADRO A - MATERIAIS DE FORNECIMENTO MENSAL (somente para os serventes área interna)

	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	MARCA / MODELO	R\$ UNITÁRIO	R\$ TOTAL
1	Água Sanitária (litro)	2.749			
2	Ácido muriático (litro)	244			





QUADRO B - MATERIAIS DE FORNECIMENTO TRIMESTRAL (somente para os serventes área interna)

	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	MARCA / MODELO	R\$ UNITÁRIO	R\$ TOTAL
1	Balde plástico capacidade 10 litros (unid.)	388			
2	Espanador (unid.)	194			

(82) 3315-3713/3714/3715.

QUADRO C – EQUIPAMENTOS (somente para os serventes área interna)

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MODELO	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Dispenser para papel higiênico de rolo, com fixação na parede com capacidade mínima para rolo de 500 metros		870		

QUADRO D – MATERIAIS DE FORNECIMENTO MENSAL (somente para os serventes área de cozinha e refeitório)

	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	MARCA / MODELO	R\$ UNITÁRIO	R\$ TOTAL
1	Saco de Lixo 100 l (fardo de 100 unidades)	43			

QUADRO E - MATERIAIS DE FORNECIMENTO TRIMESTRAL (somente para os serventes área de cozinha e refeitório).

	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	MARCA / MODELO	R\$ UNITÁRIO	R\$ TOTAL
1	Lixeira com pedal e rodas 100L (unid)	52			

QUADRO F – UTENSÍLIOS (somente para os serventes área de cozinha e refeitório)

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MODELO	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Escada de 05 degraus dobrável Possui os degraus e os pés antiderrapantes, corrimão alto e seguro com travamento automático no patamar - Material em alumínio dobrável, 5 degraus. Carga máxima de 120 kg. Certificado de segurança Conforme a NBR 13430-2000		78		

VEJA QUE NO QUADRO F SÓ CONSTA “MODELO” E NÃO “MARCA”!

13. Fácil perceber, portanto, que a decisão do Pregoeiro de que “ausentes as marcas dos insumos referentes aos quadros C1 e F1” foi equivocada, na medida em que, como demonstrado acima, nos Quadros C e F, não consta a exigência de MARCA, diferentemente dos demais Quadros A, B, D e E.

14. E não é só!

15. Importante mencionar, por oportuno, que os itens tidos por inatendidos pela Recorrente, quais sejam, o C1 e F1 já continham, no próprio Edital, foto do produto a ser utilizado (modelo), ao contrário dos demais itens, que aí sim exigiam o licitante indicar a marca e o modelo.

16. Percebe-se, portanto, que com relação aos itens C1 e F1, o Edital já pré-estabeleceu o modelo a ser atendido pelo licitante, isso porque inseriu uma foto dos produtos nesses 2 itens, indicando-os como modelo, portanto não haveria porque a Recorrente indicar outro modelo.

17. Nesse sentido, cumpre registrar que a Recorrente **apresentou declaração expressa que concorda e cumprirá com o termo de referência previsto no Edital. Vejamos:**



1) Declaramos que a proposta de preços foi elaborada de acordo com a seguinte Convenção Coletiva de Trabalho (CCT):

CCT celebrada entre os SINDICATO DAS EMPRESAS DE ASSEIO E CONSERV DO EST DE AL e SIND DOS E DE E DE ASSEIO E C E LIMP URBANA NO EST DE

2) Declaramos estar inclusas todas as despesas com salários, encargos sociais, sociais, trabalhistas, seguros, impostos, taxas e contribuições, transporte, alimentação, despesas administrativas, lucros e demais insumos necessários à sua composição.

3) Declaramos que concordamos e que cumprimos todas as prescrições constantes do Termo de Referência.

4) Declaramos para os devidos fins, que caso haja equívoco no dimensionamento dos quantitativos da proposta, a CONTRATADA, arcará com o ônus decorrente, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente não seja satisfatório para o atendimento do objeto deste Pregão, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 57, § 1º, da Lei nº 8.666/1993 (art. 23 da Instrução Normativa nº 02/2008-SLTI/MP).

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Anexo a nossa proposta, planilhas com a composição do preço Mensal Global e Anual dos serviços.

DOS DADOS BANCÁRIOS

BANCO: Banco do Brasil
AGÊNCIA: 3382-0
CONTA CORRENTE: 39.863-2

DOS DADOS PARA ASSINATURA DO CONTRATO

RESPONSÁVEL: José Gomes Ferreira Filho
CPF: 718.246.931-68
CRA/DF: 16.625

Atenciosamente,



José Gomes Ferreira Filho
Real JG Serviços
Administrador
CRA-DF 016625

18. Ou seja, considerando que o Edital já pré-estabeleceu o modelo dos produtos indicados nos itens C1 e F1 do Termo de Referência e considerando que a Recorrente declarou expressamente que concorda e que cumprirá com todas as prescrições constantes no Termo de Referência, não resta dúvida que o modelo dos produtos que serão utilizados pela Recorrente são os já pré-estabelecidos pelo próprio Termo de Referência, não havendo justificativa para que ela apresente um outro modelo em sua Proposta.

CNPJ: 08.247.960/0001-62
Fone: (61) 3363-7575 – (61) 3052-2579
comercial@realdp.com.br

CF/DF: 07.478.593/001-20
SIBS QD 01 Conj A Lote 02
CEP: 71.736-101
Núcleo Bandeirante – Brasília – DF



19. Em momento algum, o D. Pregoeiro pôde aferir que a empresa deixaria de apresentar as marcas exigidas no Edital, até mesmo porque, como visto, sequer diligenciou nesse sentido.

20. O simples fato de participar do certame já obriga a empresa a acatar todas as regras previstas no Edital.

21. Portanto, por óbvio, a cotação é feita com base nas fotos apresentadas no Edital, independentemente da vontade diversa ou não da Recorrente. Diante desse quadro, não há que se falar em irregularidade na Proposta apresentada!

22. Por outro lado, mesmo que houvesse a exigência de Marca, o que se admite apenas em amor ao debate, tal exigência estaria contrariando todos os dispositivos e entendimentos legais sobre o tema, isso porque a própria Lei nº 8.666/93 dispõe que:

Art. 7º As licitações para a execução de obras e para a prestação de serviços obedecerão ao disposto neste artigo (...).

§5º – É vedada a realização de licitação cujo objeto inclua bens e serviços sem similaridade ou de marcas, características e especificações exclusivas, salvo nos casos em que for tecnicamente justificável (...).

Art. 15 As compras, sempre que possível, deverão:

§7º – Nas compras deverão ser observadas, ainda: I – a especificação completa do bem a ser adquirido **sem indicação de marca**.

23. Ressalta que não há qualquer prerrogativa para justificar a aquisição de insumos de marcas específicas. Não estamos, aqui, falando de produtos de alta complexidade. Pelo contrário! Ao analisarmos os tópicos C1 e F1, percebemos que os produtos são: **baldes, escadas, rodos, dispenser para sabonete líquido e para papel toalha, mangueira etc.**

24. Não há como não se estranhar a motivação da desclassificação da



Recorrente.

25. Vejamos o entendimento de nossos Tribunais quanto ao tema:

RESTRIÇÃO INDEVIDA DA COMPETITIVIDADE. FALHAS NA PROSPECÇÃO DE SOLUÇÕES. FALHAS NA IDENTIFICAÇÃO DE NECESSIDADES DE NEGÓCIO DE CADA UM DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES. AUSÊNCIA DE ANÁLISE DOS CUSTOS DE OUTRAS SOLUÇÕES QUE POSSUÍAM GRANDE ADERÊNCIA AOS ANSEIOS TÉCNICOS DOS ÓRGÃOS. PROCEDÊNCIA. DETERMINAÇÃO PARA ANULAÇÃO DO CERTAME. [...] **as irregularidades identificadas no processo de contratação referente ao Pregão Eletrônico MP 18/2016 decorrem de vícios do próprio processo de planejamento do certame, que, por meio da indicação de marca, implicaram restrição indevida à competitividade do certame, representando riscos à economicidade da contratação.**(TCU – ACÓRDÃO 2059/2017, ATA 37/2017, PLENÁRIO, Data da Sessão:20/09/2017)

26. O posicionamento da Corte supracitada é o de que **a possibilidade de indicação de marca em licitações tem caráter estritamente excepcional, desde que fundadas em razões de ordem técnica ou econômica**, devidamente justificadas pelo gestor, hipóteses nas quais não há ofensa ao princípio da isonomia, nem tampouco restrições ao caráter competitivo do certame, o que, frisa-se, não é o caso.

27. Portanto, por qualquer ângulo que se analise as razões utilizadas pelo Pregoeiro para desclassificar a Recorrente, fácil perceber que carece de fundamento legal.

28. A verdade é que a Recorrente foi desclassificada sem, contudo, desatender a qualquer comando previsto no Edital. Ao se observar os autos, percebe-se que **todas as informações tidas como necessárias foram expressamente trazidas na proposta apresentada.**

III.2. DO FORMALISMO EXCESSIVO EM RELAÇÃO AO JULGAMENTO DA PROPOSTA –VIOLAÇÃO DO DISPOSTO NO ART. 43, §3º, DA LEI Nº 8.666/93



29. Interessante destacar que, estranhamente, **não houve sequer a consideração da possibilidade de intimação da empresa Recorrente, por meio de seu representante legal, para realização de diligências a fim de corrigir as “irregularidades” que supostamente ocorreram na apresentação da proposta.**

30. Como já foi mencionado em tópico anterior, o Edital já havia trazido fotos dos insumos que exigiam marcas específicas, assim, a empresa licitante sequer cogitou a utilização de outras marcas, tendo em vista que a tipificação já se encontrava ali consignada. Resta claro, dessa maneira, que **não era informação que deveria constar, obrigatoriamente, na proposta, por se tratar de esclarecimento mais do que óbvio.**

31. Restando claro a IRRELEVÂNCIA de tal exigência, não há fundamentos jurídicos para a não realização da diligência para o mero esclarecimento de dúvida tão irrisória, conforme preleciona o art. 43, §3º, da Lei nº 8.666/93. Vejamos:

§ 3º **É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.**

32. Ressalta-se, ainda, que, se o motivo que determinou a desclassificação da proposta foi apenas o não apontamento das marcas dos insumos referentes aos quadros C1 e F1, esta deve cair por terra, tendo em vista que a Recorrente **concorda e cumprirá com o termo de referência previsto no Edital.**

33. Ademais, deve ser observado o art. 1º, V, do Decreto nº 9.094/2017 (Decreto da boa-fé), que impera que a Administração elimine “[...] formalidades e exigências cujo custo econômico ou social seja superior ao risco envolvido”.

34. Dessa forma, prosseguir com a licitação da empresa TOP SERVICE, SEM QUE ESTA TENHA APRESENTADO PROPOSTA MAIS VANTAJOSA, configura total afronta aos princípios que regem o Poder Público.

35. Ora, parece razoável deixar de contratar a proposta mais vantajosa por



mera formalidade excessiva que exigiu a apresentação de informações evidentes e explícitas no Edital, sem ao menos complementar tal ponto por meio de diligências? Resta mais do que claro que não!

36. Esse é o raciocínio, inclusive, majoritário de nossa jurisprudência.

Vejamos:

REPRESENTAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO. FABRICA DE SOFTWARE. INABILITAÇÃO DE LICITANTE POR NÃO TER APRESENTADO CERTIFICAÇÃO CMMI NIVEL 3 OU MPS.BR NIVEL C. PEDIDO DE MEDIDA CAUTELAR. CONHECIMENTO. POSSIBILIDADE DE ESTIPULAÇÃO DE PADRÃO DE EFICIÊNCIA DE PROCESSO DE SOFTWARE NA EXECUÇÃO DO CONTRATO, MAS NÃO DA COBRANÇA DE CERTIFICAÇÃO NA FASE DE HABILITAÇÃO. EXPEDIÇÃO DE DETERMINAÇÃO À JURISDICIONADA, PARA QUE ANULE O ATO QUE DESCLASSIFICOU A LICITANTE, E DE CIÊNCIA ACERCA DAS FALHAS DO EDITAL. **Embora o princípio do procedimento formal domine toda licitação, submetendo os que a realizam e os que licitam aos mesmos preceitos, isso não significa que se deva inabilitar licitante ou desclassificar propostas diante de simples omissões ou contradições que não afetem o conteúdo propriamente dito da proposta.** (TCU – ACÓRDÃO 2468/2017, ATA 45/2017, PLENÁRIO, Data da Sessão: 08/11/2017)

REPRESENTAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO. INABILITAÇÃO DE LICITANTE. INCAPACIDADE TÉCNICA COMPROVADA IN LOCO. ATESTADO DE CAPACIDADE EMITIDO PELO CREA-AM EM MOMENTO POSTERIOR. REABILITAÇÃO DA EMPRESA INABILITADA. HABILITAÇÃO SEM LASTRO EM DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS. MEDIDA CAUTELAR. OITIVA. DOCUMENTAÇÃO NÃO APRESENTADA. CONTRADIÇÃO DO ORGÃO DE FISCALIZAÇÃO SOBRE A CAPACIDADE DA LICITANTE. REVOGAÇÃO DA CAUTELAR. DETERMINAÇÃO PARA ANULAÇÃO DO ATO DE HABILITAÇÃO DA EMPRESA 88 ENGENHARIA



LTDA. FRAUDE AO CERTAME. ATESTADO DE SERVIÇOS NÃO PRESTADOS. AUDIÊNCIA. REMESSA DE INFORMAÇÕES AO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. CIÊNCIA. **Nesse contexto, entende-se que o rigor formal no exame das propostas dos licitantes não pode ser exagerado ou absoluto, sob pena de desclassificação de propostas mais vantajosas, devendo as simples omissões ou irregularidades na documentação ou na proposta, desde que irrelevantes e não causem prejuízos à Administração ou aos concorrentes, serem sanadas mediante diligências, de acordo com entendimento firmado.** (TCU – ACÓRDÃO 2314/2017, ATA 41/2017, PLENÁRIO, Data da Sessão: 11/10/2017)

37. Por essas razões, os motivos da desclassificação da licitante revelam-se precários e ilegais, violando os entendimentos mais atualizados do TCU, devendo ter o presente recurso seus argumentos totalmente deferidos.

III.3. DA VIOLAÇÃO AOS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE

38. A decisão do Pregoeiro também não atende aos princípios da razoabilidade e proporcionalidade.

39. Em outras oportunidades, assim já manifestaram nossas Cortes:

ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. TOMADA DE PREÇO. NOVACAP. DESCLASSIFICAÇÃO DE PROPOSTA. VÍCIOS MERAMENTE FORMAIS. SINGULARIDADES DO CASO CONCRETO. RECURSO NÃO PROVIDO. 1. **Em casos de pequenas irregularidades na documentação ou na proposta, e desde que tais vícios sejam irrelevantes e não causem prejuízos à Administração ou aos concorrentes, não é razoável, tampouco atende ao interesse público, que licitantes sejam inabilitados.** 2. Recurso não provido. (TJ-DF - AGI: 20140020101313 DF 0010197-57.2014.8.07.0000, Relator: SILVA LEMOS, Data de



Julgamento: 15/10/2014, 3ª Turma Cível, Data de Publicação:
Publicado no DJE : 22/10/2014 . Pág.: 139)

REPRESENTAÇÃO COM PEDIDO DE MEDIDA CAUTELAR. PREGÃO ELETRÔNICO. CONTRATAÇÃO DE MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA EM SISTEMA PABX. PRAZO DE APRESENTAÇÃO DE DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS. DISCRICIONARIEDADE LIMITADA DO GESTOR. VÍNCULO EMPREGATÍCIO NÃO EXIGIDO NA QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-PROFISSIONAL. CAUTELAR INDEFERIDA. CONHECIMENTO. PROCEDÊNCIA PARCIAL. CIÊNCIA À ENTIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AUSÊNCIA DE OMISSÃO OU OBSCURIDADE. CONHECIMENTO E REJEIÇÃO. CIÊNCIA. ARQUIVAMENTO. RELATÓRIO. Portanto, avocando os princípios da RAZOABILIDADE e da ECONOMICIDADE, é prudente para a Administração Pública afastar-se do rigorismo excessivo.(TCU – ACÓRDÃO 2145/2017, ATA 39/2017, PLENÁRIO, Data da Sessão:27/09/2017)

40. Assim, denota-se que a decisão do D. Pregoeiro de desclassificar a empresa recorrente, carece de fundamento legal e jurídico, bem como suporte no Edital que regeu o certame.

41. Segundo o Mestre Celso Antônio Bandeira de Mello, em sua obra “Curso de Direito Administrativo”, Malheiros Editores, 6a edição, 1995, pág.54, discorrendo sobre o Princípio da Razoabilidade, dispõe que:

“Pretende-se colocar em claro que não serão apenas inconvenientes, mas também ilegítimas – e, portanto jurisdicionalmente inválidas – as condutas desarrazoadas, bizarras, incoerentes ou praticadas com desconsideração às situações e circunstâncias que seriam atendidas por quem tivesse atributos normais de prudência, sensatez, e disposição de acatamento às finalidades da lei atributiva da discricção manejada.



Com efeito, o fato de a lei conferir aos administrados certa liberdade (margem de discricção) significa que lhe deferiu o encargo de adotar, ante a diversidade de situações a serem enfrentadas, a providência mais adequada a cada qual delas. Não significa, como é evidente, que lhe haja outorgado o poder de agir ao sabor exclusivo de seu líbido, de seus humores, paixões pessoais, excentricidades ou critérios personalíssimos e muito menos significa que liberou a Administração para manipular a regra de direito de maneira a sacar dela efeitos não pretendidos nem assumidos pela lei aplicada”.

42. Desse modo, percebe-se que o melhor caminho a ser percorrido pelo pregoeiro é exercer sua prerrogativa administrativa de sanar erros que não modifiquem a substância das propostas, prestigiando princípios como a competitividade, razoabilidade e eficiência.

43. Faz-se necessária, assim, a revisão do ato que desclassificou a empresa vencedora, o que desde já se espera e requer.

IV. PEDIDOS

44. Ante todo o exposto, e confiando em uma decisão justa e legal a ser produzida nos autos, requer seja tido como procedente os argumentos apresentados no sentido de revisar a decisão que desclassificou a proposta apresentada pela empresa Recorrente, ante os motivos ora declinados na presente peça, como de direito, o que desde já se espera e requer.

Nestes termos,

Pede e espera deferimento.

Brasília/DF, 18 de dezembro de 2017.



José Gomes Ferreira Filho
Real JG Serviços
Administrador
GRA-DF 016625

REAL JG SERVIÇOS GERAIS EIRELI.
DIRETOR PRESIDENTE